



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 10 | Nº. 19 | Jul./Dez. de 2018

**Felipe Augusto Fernandes
Borges**

*Professor do Instituto Federal do
Paraná. Doutor em História pela
Universidade Estadual de Maringá*

Célio Juvenal Costa

*Docente da Universidade Estadual
de Maringá. Doutor em Educação
pela Universidade Metodista de
Piracicaba*

Sezinando Luiz Menezes

*Doutor em História Econômica pela
Universidade de São Paulo.
Professor do Departamento de
História e do Programa de Pós-
graduação em História da
Universidade Estadual de Maringá*

RELIGIOSOS NO ORIENTE SOB O PADROADO PORTUGUÊS: os primeiros anos de missões na Índia (1499-1542).

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar as ações e o trabalho dos padres e irmãos religiosos vinculados ao Padroado Português na Índia, entre os anos de 1499 a 1542. A presença portuguesa na Índia foi, desde o início, acompanhada pela presença da Igreja, representada por seus clérigos. Analisar as relações destes com as populações locais e com os próprios portugueses é nosso objetivo principal.

Palavras-chave: Índia. Portugal. Padroado Real Português. Século XVI.

ABSTRACT

This article aims to analyze the actions and work of priests and religious brothers linked to the Portuguese Patronage in India, between 1499 to 1542. The Portuguese presence in India was, from the beginning, accompanied by the presence of the Church, represented by their clerics. Analyze these relations with local populations and with the own Portuguese is our main goal.

Keywords: India; Portugal; Real Portuguese Patronage. XVI Century.

Introdução

O presente artigo procura apresentar parte dos resultados de uma pesquisa realizada com o intuito de compreender as formas de trabalho, ação e educação empreendidas pelos padres missionários que labutaram na Índia de domínio português, entre 1499 e 1542. Nesse período, houve grande impacto social e cultural na Índia, devido ao contingente português que passa a coexistir naquelas partes, além, é claro, dos clérigos que ali chegaram desde os primeiros momentos de ocupação portuguesa. Esses padres e irmãos não desempenhavam funções e ocupações estritamente religiosas, mas, permeadas nessas, exerciam forte influência educacional sob os nativos e mesmo sob os portugueses.

É preciso dizer, ainda, que ao mesmo tempo em que os portugueses, clérigos ou não, exerciam sua influência cultural e educacional sobre os habitantes daquelas partes, estavam também imersos numa cultura profundamente diferente da sua. Queremos dizer que, da mesma forma com que influenciavam eram influenciados, do mesmo modo como levaram uma cultura, encontraram outra, promovendo a aquisição de novos conhecimentos e costumes para ambas as partes.

Neste artigo pretendemos esmiuçar as atividades de educação e catequese provenientes dos padres ibéricos na Índia, especialmente durante a primeira metade do século XVI. O contexto em que tais clérigos estavam inseridos remonta um período de instabilidade nos poderes e domínios da Igreja Católica, proveniente principalmente dos movimentos protestantes que despontavam na Europa.

Entretanto, a Igreja não perde totalmente seu raio de influência, visto que, mesmo sofrendo leve abalo, continua sendo reguladora e parceira das monarquias católicas da Europa. Devem aqui ser destacadas as monarquias ibéricas: Portugal e Espanha.

Compreendendo o forte papel exercido pela Igreja no que diz respeito principalmente à educação, no período aqui delimitado, é que objetivamos, por meio desta pesquisa, compreender a essência, a gênese e o objetivo dos métodos de trabalho, catequese e educação empreendidos pelos clérigos do Padroado Português na Índia.

Pretendemos, portanto, identificar as características da catequese, da educação, enfim, de todo o trabalho realizado pelos missionários portugueses que catequizaram de 1499 a 1542 na Índia.

Nosso recorte temporal tomou por base primeiramente a travessia do Cabo da Boa Esperança (ou o antigo Cabo das Tormentas), pelo navegador Vasco da Gama em 1498/1499. Sabemos que, posteriormente a esse fato, as naus de carreira portuguesas passaram a ir para a Índia frequentemente, transportando tanto cargas de recursos materiais como humanos, trazendo e levando mercadorias e pessoas na Rota. A partir daí, instaura-se o que chamamos de Estado da Índia¹, ou seja, a rede de feitorias, fortalezas, entrepostos portugueses que se forma nesses espaços, consolidando ali o domínio dos lusitanos. A partir dessa data, já se iniciam as missões religiosas na Índia, sob a forma do Padroado Português do Oriente², com a ida e permanência de padres já nos primeiros momentos da ocupação.

Com relação ao ano de 1542, delimitado como fim do nosso recorte neste trabalho específico, é este o ano da chegada do padre Francisco Xavier, primeiro jesuíta a desembarcar em solo indiano. A chegada de Xavier marca o início das atividades da Companhia de Jesus no Oriente, sendo ele, também, o superior das missões jesuíticas naquelas partes até a ocasião de sua morte, em 1552. Este artigo, portanto, versa apenas sobre “os primeiros anos de missões” na Índia, antes da chegada e instalação da Companhia de Jesus.

A delimitação temporal a que nos referimos é analisada com base nos documentos, cartas e instruções constantes nos volumes I e II da *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*. Esta coletânea consiste num conjunto de documentos compilados, organizados e comentados pelo padre António da Silva Rego. O período que elegemos está contemplado nos dois primeiros volumes da documentação, assim divididos: o volume I abrange os anos

¹ “O Estado Português da Índia surge como entidade política com a nomeação do primeiro governador, D. Francisco de Almeida, em 1505, sete anos após a chegada de Vasco da Gama – sete anos, em que a presença portuguesa, de início meramente diplomática e comercial, tomara gradualmente um cunho militar e passara de intermitente, ao sabor da ida e vinda das armadas, a contínua, com uma força de patrulhamento marítimo constantemente presente” (THOMAZ, 1994, p. 213). Thomaz explica ainda que a expressão “Estado da Índia” generalizou-se apenas na segunda metade do século XVI, designando o conjunto de territórios, estabelecimentos, bens e pessoas geridos pela Coroa Portuguesa no Oceano Índico, nos territórios e mares, do Cabo da Boa Esperança até ao Japão. Mesmo sendo um termo ou expressão difusa apenas no século XVI o autor defende que “por comodidade” seja também usada referindo-se ao período anterior (THOMAZ, 1994, p. 207).

² O Padroado Real Português pode ser vagamente definido como uma combinação de direitos, privilégios e deveres, concedidos pelo papado à Coroa portuguesa, como patrono das missões católicas e instituições eclesiais na África, Ásia e Brasil (BOXER, 1981, p.99).

de 1499 a 1522, enquanto o volume II consiste nos documentos compreendidos entre 1523 e 1543.

A “Índia” que os portugueses encontraram

A entrada e permanência dos portugueses nas Índias mostrou-se ao longo do tempo um processo tanto difícil quanto conflituoso. Para cumprir seus propósitos econômicos e religiosos, vimos que os portugueses paulatinamente lançaram mão de todo o aparato que era possível àquele momento. O domínio pretendido nas regiões indianas deveria passar tanto pelo caráter político e militar quanto pelo religioso e ideológico.

Entretanto, ao entrar em contato com as Índias propriamente ditas, os portugueses encontraram uma civilização formada, organizada e complexa. Nos enclaves culturais que aqui se analisam, podemos continuamente observar a ignorância portuguesa quanto a essas organizações, notadamente sobre a religião e cultura dos povos indianos. O próprio termo “Índia”, utilizado pelos portugueses, é confuso, segundo nos mostra Charles Boxer (2002). Estes utilizavam o termo Índia para referir-se tanto ao subcontinente indiano quanto a todo o raio de suas influências naquelas regiões orientais, quase que indiscriminadamente. Mais tarde, usaram também o termo “Estado da Índia” para se referir a todas as “suas conquistas e descobertas nas regiões marítimas entre o cabo da Boa Esperança e o golfo Pérsico, de um lado para a Ásia, e Japão e Timor, do outro” (BOXER, 2002, p. 55).

O fato é que, quando da chegada dos portugueses, a chamada Índia já tinha organizações políticas fortes, religiões difusas e uma cultura rica. Pensar em sujeitos passivos esperando pela atividade portuguesa é um engano histórico. Para tanto, apoiados em Boxer (2002), temos condições de traçar um parâmetro geral (e resumido) de como se encontrava politicamente a Índia no momento da chegada dos portugueses.

Quíloa, Mombaça, Melinde e Pate estavam ao longo da costa oriental da África, sendo as mais importantes cidades suaílis. Eram independentes, organizadas sob a forma que conhecemos como cidades-estados, além do que possuíam alto nível de prosperidade comercial e cultural. Havia nestas cidades

influências da religião Islâmica, e sua cultura era predominantemente árabe. (BOXER, 2002, p. 55)

Deve ser destacado também o império mameluco, localizado acima da Abissínia, compreendendo Egito, Síria e Hedjaz, na época com visível prosperidade. Tal riqueza era fruto, no entanto, dos pedágios que os mamelucos cobravam nas rotas terrestres das especiarias que iam rumo à Europa. Observando a geografia local, pode-se perceber locais propícios para tal cobrança: do Golfo Pérsico, passando por Alepo e Alexandreta, e, também, do Mar Vermelho, pelas vias de Suez, Cairo e Alexandria. (BOXER, 2002, p. 55)

Adentrando para as partes mais asiáticas encontrava-se a cidade de Ormuz. Essa cidade afirmava que a região costeira da Pérsia e da Arábia estavam sob a autoridade de seu Xá, mas na prática essa autoridade era bem mais limitada, quase que apenas sob a circunscrição da cidade e de Quêixome, cidade vizinha. É interessante o fato de que Ormuz era um dos entrepostos mais ricos do mundo, não obstante estar localizada numa ilha onde só se produzia enxofre e sal. Sua importância não está naquilo que se produzia em seu território, mas no fato de que praticamente todo o comércio entre a Índia e a Pérsia passava por ela, além de uma grande parte das especiarias vindas da Indonésia e dos cavalos árabes. Prova disto é que as moedas de Ormuz tinham circulação em todos os portos da Índia, Pérsia, Arábia e Malaca. (BOXER, 2002, p. 55-56)

Na região da Pérsia o Xá Ismail I estava em plena expansão de seus domínios em todas as direções, colidindo com os turcos otomanos em 1514 (BOXER, 2002, p. 56).

A parte Norte da Índia já havia sido em grande parte conquistada por invasores maometanos anteriores aos mongóis (que na realidade eram turcos da Ásia Central). Os seus descendentes governaram principados poderosos como Guzerate, Déli e Bengala. Na Índia Setentrional havia o governo político de muçulmanos, guardada a exceção da confederação de Rajput, governada por hindus. No Decão, cinco sultanatos maometanos lutavam entre si, ao mesmo tempo em que combatiam o império hindu de Vijayanagar, que os portugueses chamavam Bisnaga. Este império era o mais extenso e poderoso da Índia no momento da chegada de Vasco da Gama. (BOXER, 2002, p. 56)

Apesar dos embates que os fatores religiosos possam causar, havia na Índia, mesmo nas áreas de proeminência hindu, como era o caso da Índia

Setentrional, grupo de comerciantes árabes e maometanos. Mesmo nos estados hindus da Índia, eles eram respeitados e por vezes gozavam de grande influência comercial. (BOXER, 2002, p. 56)

O Ceilão era habitado principalmente por budistas e, apesar da expansão muçulmana nunca ter invadido esse local, havia lá também mercadores indianos e árabes muçulmanos, estabelecidos sobretudo nas regiões costeiras (BOXER, 2002, p. 56-57).

As partes mais próximas da China recebiam enormes influências daquela cultura: Laos, Camboja, Angkor e Champa estavam muito mais propensos às influências de cultura e religião chinesas que indianas. Ainda nesta direção estavam os reinos de Patani, Singora e Ligor, que mesmo sob influência política siamesa encontravam-se em constante contato cultural com a China. (BOXER, 2002, p. 57)

Em Malaca encontrava-se o sultanato mais rico da península malaia. Malaca era um grande centro de comércio de especiarias com as Molucas, e era visitada por navios de lugares muito distantes. Europeus também já haviam visitado Malaca antes da ocupação portuguesa. Temos assim que Ormuz, de um lado, e Malaca, de outro, eram os dois grandes centros de comércio das especiarias e demais mercadorias de luxo rumo à Europa. (BOXER, 2002, p. 57)

Ainda é necessário aqui descrever Sumatra, que era a segunda maior ilha do arquipélago Indonésio. A maior parte dos reinos daquela ilha estavam sob influência muçulmana, sendo Achim o reino mais importante na segunda metade do século XVI. A pimenta, o benjoim e o ouro eram os produtos mais importantes que saíam de lá rumo a Malaca, Índia e China. (BOXER, 2002, p. 58)

Evidentemente que, nesta conjuntura ora mencionada, também devem figurar Japão e China, cujas influências culturais e religiosas eram constantes e fortes em diversas áreas pretendidas pelos portugueses. À época, a China era governada pela dinastia Ming e, segundo Boxer, os chineses haviam praticamente abandonado a navegação pelo Índico, que houvera sido próspera no passado. A Coréia vivia pacificamente sob a autoridade da China. Já no Japão a nobreza feudal se digladiava em disputas por poder e terras, enquanto a autoridade do imperador era ignorada. (BOXER, 2002, p. 58-59)

Com relação à presença portuguesa na Índia, Boxer aponta o fato de que, quando os lusos iniciaram sua exploração dos mares asiáticos nenhum dos impérios ali presentes possuía navios armados em mar. Egito, Pérsia, Vijayanagar,

nenhum deles possuía navios armados. Os importantes entrepostos de Ormuz e Malaca, cuja prosperidade dependia diretamente do comércio pelos mares, também não tinham defesas marítimas à altura dos navios portugueses. Até mesmo os navios guzerates e árabes controlados por muçulmanos, os quais dominavam o comércio no Índico, não eram armados com artilharia, além de não utilizarem ferro nos cascos, sendo, portanto, também inferiores no embate com os navios lusos. (BOXER, 2002, p. 59)

Este breve panorama é capaz de nos dar a ideia central que deve nortear a análise da ocupação e da presença portuguesa nas Índias: os sujeitos que lá viviam possuíam, em larga maioria, crenças bem definidas, organizações políticas, religiosas e de autoridade, ou seja, havia toda uma sociedade já formada, diferentemente do que os portugueses poderiam pensar de início.

No plano econômico, vemos acima que os grandes entrepostos estavam em plena atividade quando os lusitanos aportam no continente. O comércio do qual os portugueses pretendiam o monopólio já era amplamente desenvolvido, com muitas pessoas, organizações e interesses envolvidos. Evidentemente que a chegada e o envolvimento portugueses alteraram algumas dessas dinâmicas comerciais, porém as bases de todo o comércio já estavam lançadas quando da chegada deles.

Vemos acima que, mesmo com religiões diversas, mercadores hinduístas, muçulmanos e budistas mantinham suas relações comerciais em alta. Mesmo entre os hindus, os mercadores árabes muçulmanos possuíam grande prestígio e influência. Talvez essa tenha sido, ao lado da religião, uma das grandes razões que motivou o tão intenso combate dos portugueses aos muçulmanos, ou aos mouros como diziam.

Refletindo o econômico, vemos que as instituições políticas na Índia tinham também sua organização pré-definida. Evidentemente divididos em estados mais fortes e mais fracos, os reinos, sultanatos e impérios indianos nos mostram que aquele espaço era também politicamente ordenado. Alguns mais poderosos e outros menos, os mandatários indianos tinham suas jurisdições, deviam e cobravam obediência, faziam alianças. Vemos isso nas interações portuguesas: muitos locais a que os lusitanos tiveram acesso e meios de construir suas feitorias e fortalezas foram negociados com base em alianças. Outros, por meio da guerra e da força. O que queremos destacar é que os reinos indianos possuíam uma

organização política em muito semelhante àquelas observadas nos reinos europeus, e que diferenciava esse espaço daquele encontrado posteriormente pelos portugueses na América, nomeadamente no Brasil. Os espaços indianos possuíam um tipo de organização que não permitiu aos portugueses impor de uma vez sua dominação, mas obrigou-os a negociar, lutar, ou seja, a construir sua dominação de forma paulatina e contínua. A força política portuguesa teve de ser construída em paralelo com as forças já existentes, por meio de conchavos, alianças e batalhas.

Ainda mais importante para a compreensão da análise a que se pretende este texto é entender que o oriente indiano, no momento em que os portugueses e seus missionários lá aportaram já se encontrava altamente ligado a três grandes religiões bem como às suas ramificações: Hinduísmo, Budismo e Islamismo.

Como se sabe e compreenderemos melhor nas exposições sobre a missão propriamente dita, os portugueses pretendiam, além do comércio e do domínio, a expansão do Cristianismo, ou, nas palavras portuguesas, “o acrescentamento da santa fé católica”. Segundo Rego (1947, p. 4), Vasco da Gama teria retornado a Lisboa com a equivocada impressão de que os habitantes das Índias fossem, no geral, cristãos. Isso pode ser percebido em trecho da carta enviada por D. Manuel aos reis de Castela, em julho de 1499 informando o descobrimento das Índias:

E por sabermos que Vossas Altezas disto hão de receber grande prazer e contentamento, tivemos por bem dar-lhes disso notificação; e creiam Vossas Altezas que, segundo o que por estes sabemos que se pode fazer, que não há aí dúvida segundo a disposição da gente cristã que acham, posto que tão confirmada na fé não sejam, nem dela tenham tão inteiro conhecimento, se não siga e faça muito serviço de Deus em serem convertidos e inteiramente confirmados em sua santa fé, com grande exaltação dela; [...] (IN: Rego, 1947, p. 4)³

Veja-se que este excerto, por si só, nos dá uma noção da ignorância portuguesa frente aos costumes, à cultura e à religião dos povos das Índias. Não se imaginava, no início das missões e da catequese, que religiões altamente complexas e de cultura milenar como as três citadas pudessem estar tão fortemente inseridas naquela população.

³ Para facilitar a leitura e compreensão dos excertos de cartas apresentados em todo o texto, foi feita uma atualização ortográfica do português presente nas fontes, preservados os sentidos e conteúdos dos escritos.

Durante muito tempo, os portugueses simplesmente ignoraram as religiões presentes na Índia, dando atenção apenas ao “combate aos mouros”, que se dava não apenas por questões religiosas, mas sobretudo pelas questões comerciais. O Cristianismo foi durante vários anos lançado apenas para suplantar as demais religiões, sem que os padres missionários sequer as compreendessem completamente.

O Hinduísmo, por exemplo, é uma religião altamente complexa, advinda de uma cultura milenar, com dezenas de ramificações. Possui (e já possuía) uma teologia organizada, um sistema de crenças, dogmas, costumes, escrituras sagradas, hierarquia, castas. Tudo isso internalizado nos seus seguidores. Imaginar o sujeito participante daquela religião como um sujeito passivo e simples é ingenuidade. Falamos do Hinduísmo, mas o mesmo pode ser dito do Budismo e do Islamismo, ambos também com fortes raios de influência na sociedade indiana.

O Budismo, também milenar em sua filosofia de vida como religião, existia nos ensinamentos de Sidarta Gautama, o Buda, desde seus primeiros ensinamentos, por volta dos séculos VI e IV a.C. Da mesma sorte, o budismo possui uma série de ensino, crenças e dogmas sólidos, e era uma das religiões influentes na Índia.

Já o Islamismo, principal alvo de combate dos portugueses, possui também suas escrituras sagradas, seus ensinamentos, suas formas de crer. Era influente em muitas regiões da Índia.

Em síntese, queremos mostrar que a sociedade indiana, longe das primeiras impressões portuguesas, não era formada em sua maioria por cristãos que necessitariam, como escreveu D. Manuel, “ser melhor ensinados”. A sociedade indiana era culturalmente próspera, politicamente organizada e contava com religiões fortes. É necessário compreender tudo isso para que se tenha a exata noção dos embates culturais e religiosos que a ação portuguesa ocasionou, olhando o processo pelos dois lados: o dos portugueses influenciando e sendo influenciados, mas também o dos indianos, muitas vezes resistindo à dominação, tanto a política quanto a ideológica.

Os primeiros anos de missão (1499-1542)

Desde 1499, com a dobra do Cabo da Boa Esperança por Vasco da Gama, as frotas portuguesas paulatinamente instauraram uma forte ocupação no Oriente, sobretudo na Índia. Essa ocupação contou com vários “atores sociais”,

personagens históricos que, cada qual a seu modo, passaram a participar do cotidiano dos povos indianos e sobre eles exercer sua influência. Da mesma forma, entendemos que os portugueses, imersos no cotidiano da Índia eram, de igual forma, influenciados pelo meio, gerando nessa relação diversas formas de trocas culturais. Nas frotas portuguesas estavam incluídas as “gentes de guerra”, os funcionários da Coroa (capitães, meirinhos, almoxarifes e outros), os mercadores, alguns degredados e outros tripulantes. Além de todo esse aparato, as naus carregavam também os padres e irmãos religiosos, que tanta importância tiveram no processo de colonização, educação e de catequese dos povos orientais. Desde a primeira nau portuguesa a aportar em solo indiano, todas as carreiras enviadas à Índia seguramente contavam com um número de missionários cristãos, enviados para conversão dos povos orientais.

A missão de converter os povos orientais era umas das bandeiras que Portugal ostentava para sua carreira expansionista. Nesse sentido, a catequização dos conquistados foi por diversas vezes usada como justificativa das colonizações. Vale lembrar que os monarcas portugueses consideravam como obrigação do Reino a evangelização dos povos alcançados, sendo, por vezes, afirmado que Portugal tornara-se uma grande potência na arte da navegação pelo fato de ser revestida pela missão de levar o evangelho aos povos desconhecidos. D. Manuel (1495-1521), em carta aos reis de Castela, escrita em julho de 1499 com o intuito de informar-lhes sobre a chegada de Vasco da Gama à Índia, afirma a conversão⁴ dos povos indianos como um dos principais motivos dessa empreitada. Vejamos um trecho do referido documento:

[...]creiam Vossas Altezas que, segundo o que por estes sabemos que se pode fazer, que não há aí dúvida segundo a disposição da gente cristã que acham, posto que tão confirmada na fé não sejam, nem dela tenham tão inteiro conhecimento, se não siga e faça muito serviço de Deus em serem convertidos e inteiramente confirmados em sua santa fé, com grande exaltação dela; (e depois de assim confirmados, ser ocasião da destruição dos Mouros daquelas partes) [...] (IN: REGO, 1947, p. 4)

Vemos, nessa e em outras passagens a primazia que se dava (ao menos na retórica) à conversão, ou à conformação da fé dos povos conquistados. Dessa

⁴ D. Manuel, além da conversão, usa o termo “confirmação”. Vasco da Gama voltou da Índia com a impressão de que aqueles povos eram cristãos, porém hereges. Isto justifica o termo de D. Manuel, dizendo que tais cristãos deveriam ser confirmados, ou seja, melhor ensinados.

forma, podemos voltar a afirmar que conquistas e missões estiveram profundamente entrelaçadas durante os processos de expansão ibérica e formação do Império Português. A Igreja, por meio do Padroado, estava junta ao Reino Luso, assim como esse usufruía das benesses da Igreja por meio dos direitos conferidos ao padroado. Podemos assim dizer que Coroa Portuguesa e Igreja Católica formaram, durante mais de um século, uma sociedade lucrativa para ambas as partes. Onde quer que houvesse conquista portuguesa, haveria também evangelização, catequização e proselitismo ao Cristianismo.

A forte campanha portuguesa para conversão das almas conquistadas pode ser explicada de diversas formas. Uma das explicações plausíveis está na influência da fervorosa religiosidade portuguesa. Esse fator é, por certo, um dos que devem ser levados em conta.

Em outra faceta do prisma, devemos levar em conta as vantagens que a Coroa obtinha por meio das conversões dos nativos. Se os nativos fossem ligados ao colonizador pela mesma religião – o Cristianismo – tornar-se-ia mais fácil (ou menos trabalhoso) a tarefa de colonizar. Se a religião fosse a mesma, o colonizado poderia passa a ver o colonizador não mais como um invasor, mas como um irmão que, para acrescentamento e salvação de suas almas, empreendeu um grande sacrifício e esforço para chegar ao Oriente trazendo a palavra da salvação, tida como única fonte da vida eterna. Por assim dizer, a conversão genuína dos nativos ao Cristianismo faria com que estivessem submetidos à obediência não só da Coroa e do aparato governamental português, mas, também, estivessem sujeitos à subserviência da madre Igreja. Os ideais de obediência e humildade presentes no Cristianismo seriam deveras úteis para o domínio português num Oriente indiano tantas vezes insurgente.

Ainda nesse raciocínio, relembremos que havia grandes privilégios para a Coroa como patrona das missões em seus domínios, privilégios que poderiam ser desde os financeiros (obtidos pelo direito de administrar as arrecadações), até mesmo privilégios de autoridade, quando se considera que o clero, sob o Padroado, estava por consequência diretamente subordinado à Coroa.

O fato a ser afirmado é que a presença da Igreja, ou seja, dos padres nas Índias, é intrínseca à própria presença portuguesa. Em carta ao rei de Calecute, escrita em 01 de março de 1500, um dos primeiros favores que D. Manuel oferece é, além do comércio, o envio de pessoas “religiosas e doutrinadas na fé e religião

cristã” (IN: REGO, 1947, p.18). Na mesma carta, D. Manuel diz que “[...] não ordenou Deus Nosso Senhor tão maravilhoso feito desta nossa navegação para somente ser servido nos tratos e proveitos temporais dentre nós e vós, mas também nos espirituais das almas e salvação delas [...]” (IN: REGO, 1947, p.18). Nestes excertos, vemos que a conversão era considerada, ao menos no discurso, como uma das maiores necessidades das conquistas. Para que as mesmas acontecessem, segundo o próprio D. Manuel, fazia-se necessária a presença e o trabalho dos missionários.

Em um primeiro momento, grande parte dos padres que se deslocaram para as missões indianas foram missionários enviados por ordens religiosas; eram, portanto, os chamados padres regulares. A documentação analisada mostra a presença de dominicanos, agostinhos e, sobretudo, franciscanos nos primeiros anos da missão, lembrando que quando da chegada dos portugueses nas Índias a Companhia de Jesus sequer havia sido criada. Sendo assim, os primeiros jesuítas aportam no Oriente (mais especificamente em Goa) apenas nos idos do ano de 1542.

A presença franciscana é destacável no primeiro quartel do século XVI, sendo que os documentos analisados nos permitem citar dois mosteiros franciscanos na Índia. São eles: o Mosteiro de São Francisco, localizado na cidade de Goa, e o Mosteiro de Santo Antônio, erigido em Cochim. Os franciscanos são citados em carta da Câmara de Goa, escrita a D. João III (1521-1557) em 31 de outubro de 1524, no momento em que a mesma refere-se ao Mosteiro de São Francisco, dizendo: “E quanto a algumas obras que são feitas nesta cidade, principalmente é o mosteiro de São Francisco, que podemos dizer está acabado [...]” (IN: REGO, 1991, p. 36). Podemos ver que a Câmara declara estar praticamente acabada a obra do mosteiro, e isto já no ano de 1524. Entretanto, apesar dos esforços para implementação de uma missão catequética eficaz já nos primeiros anos de ocupação da Índia, as leituras nos mostram que essa missão passou a enfrentar, desde seu início, uma série de adversidades e contrariedades que lhe impediram, por vezes, a consecução de melhores resultados. Sobre isso escreveu o Frei Gonçalo de Lamego em missiva datada de 01 de dezembro de 1527 ao rei D. João III, queixando-se do desprovimento de pessoal para tais mosteiros e, por consequência, para as missões. Segundo o Frei, havia dificuldades porque,

[...] agora no mosteiro de São Francisco de Goa não ficam senão cinco frades de missa e três coristas e quatro frades leigos e dois noviços, e em Cochim outros tantos, fora noviços que lá não há.

Estes anos passados esperávamos sermos providos do reino, mas parece que o tempo não deu lugar para se fazer. Não vem em cada armada senão um ou dois. (IN: REGO, 1991, p.133)

A necessidade de mais missionários, padres ou mesmo irmãos e noviços, fica patente no excerto acima. Embora tenhamos afirmado que nas carreiras da Índia sempre havia missionários a bordo das naus, o número desses, segundo o que afirmam as cartas dos padres que lá já estavam, não era suficiente para atender a grande demanda que se punha frente aos evangelizadores. Dessa forma, um dos grandes desafios dos missionários do Padroado, durante muito tempo, seria a escassez de missionários. A despeito do trabalho árduo de muitos padres presentes na Índia nos primeiros anos de colonização, a falta de recursos humanos, de missionários propriamente ditos, dificultou significativamente os primeiros anos de missão do Padroado no Oriente.

Por conta da falta de missionários regulares havia também, na Índia, em menor número, alguns padres seculares, ou seja, aqueles sem ligação com Ordem propriamente dito. Fugindo das generalizações, podemos encontrar nas cartas ao Reino diversas reclamações, queixas, a respeito de consideradas imoralidades e desobediências provenientes de alguns dos padres missionários. Grande parte das queixas pesam sobre padres seculares, mas, também, outro montante das mesmas incide sobre padres regulares. O certo é que, não só os padres, mas os portugueses de modo geral, longe do Reino, e no caso dos padres, longes de seus superiores, acabavam por se sentir fora do alcance de seus costumes e de suas leis, adquirindo por vezes práticas inaceitáveis em Portugal. Essas faltas eram certamente denunciadas por aqueles que desejavam manter a ordem e a verdadeira missão cristã no Oriente indiano. O problema é que muitas vezes os capitães, feitores e outras autoridades portuguesas, ao contrário de repreender e castigar aqueles que praticavam os atos chamados de “escandalosos”, os protegiam, dando guarida aos infratores.

Data do dia 28 de dezembro do ano de 1523 uma carta do Bispo de Dume a D. João III, carta em que relata algumas dessas experiências e pede providências ao rei:

Item. Quanto ao viver dos clérigos e frades que estão fora destes mosteiros, pela maior parte é muito corrupta e por seu mau exemplo se perde muito a devoção dos cristãos da terra. Mande-lhes Vossa Alteza pessoa que os meta em ordem e seja de bom viver e letrado, porque doutra maneira fazem muito pouco serviço a Deus e a Vossa Alteza. (IN: REGO, 1991, p.19)

Na América Portuguesa as reclamações são muito semelhantes, quando observamos, por exemplo, que Manuel da Nóbrega denuncia, já em 1549 (ano da chegada dos jesuítas no Brasil) o “mau cristianismo” que os clérigos praticavam. Observemos aqui o fato de que a maior preocupação demonstrada pelo referido Bispo é que a fé dos novos convertidos fosse estragada pelos maus exemplos, pois, afirma ele, “por seu mau exemplo se perde muito a devoção”. Ou seja, a preocupação é de que os cristãos da terra, ao invés de deixar os seus considerados maus costumes, ingressem nos maus costumes daqueles que deveriam ensinar-lhes os puros costumes cristãos.

Porém, vale ressaltar, que o caso supracitado não é isolado. Antes mesmo da data do excerto acima, já no ano de 1510 (portanto muito recente com relação à chegada dos portugueses na Índia) o Padre Julião Nunes escreve ao então rei D. Manuel, fazendo denúncias tanto do capitão-mor da fortaleza de Cananor como do vigário da fortaleza e de outros padres, segundo ele, moralmente corruptos. Na carta assinada em 14 de outubro de 1510, o padre escreve sobre um desses casos:

[...] o dito clérigo o foram topar uma noite os meirinhos e seus escrivães e homens, com uma mulher casada em uma cama, em braços, e seu marido em outra, junto com eles, e os prenderam; e o vigário, em vez de o castigar, mandou-o para Cochim e fê-lo capelão da dita igreja e o livrou *per aleam viam*, e assim ao que eu mandei de armada, que tinha aqui os filhos, também o fez capelão da dita igreja. (IN: REGO, 1947 p.112-113)

Ainda segundo o padre Julião Nunes, por estas e outras causas, “os leigos murmuram grandemente” (IN: REGO, 1947, p.113). Indubitavelmente, tais situações de má conduta causaram grandes problemas para os religiosos do Padroado Português. A força dos exemplos (no caso, os maus exemplos) dados por padres nas Índias certamente constituiu-se em grande obstáculo a ser enfrentado pelos missionários realmente interessados na conversão dos nativos ao Cristianismo. Afonso de Albuquerque escreve, ainda, a D. Manuel – em 01 de abril de 1512 – afirmando que diversos portugueses (entre eles clérigos) davam “[...] maus exemplos e maus conselhos e com toda desordem quanta podem fazer; e

esta é a maior perseguição que agora cá tenho na Índia” (IN: REGO, 1947, p.150). Evidentemente a maior preocupação de Albuquerque não era o crescimento do número de convertidos, mas ele conhecia e acreditava no poder de auxílio que a religião poderia desempenhar em favor de seu objetivo: o domínio oriental.

Ressaltamos novamente a não generalização dos padres. Sendo seculares ou regulares, os registros históricos que agora são analisados demonstram as narrações de diversas faltas por eles cometidas. Dessa forma, podemos compreender que, ao passo em que muitos missionários iam para a Índia com o verdadeiro propósito da conversão dos nativos “parte do clero secular pioneiro estava mais interessada em servir a Mamona do que a Deus” (BOXER, 2002, p. 81). A busca pelo enriquecimento, pelo comércio e pelos negócios, pode ter sido, a nosso ver, um dos fatores que contribuíram para “corromper” muitos religiosos nas missões orientais. A expectativa, a possibilidade de grandes lucros e enriquecimento desviaram as atenções de muitos missionários que, deixando sua vocação e intento iniciais, partiam para a realização de atividades de proveito próprio, e, além disso, diversas vezes passavam a praticar atos antes condenados, entregando-se muitas vezes a desejos, luxúrias e paixões, brutalmente contrárias aos princípios da fé cristã que professavam.

Ação e trabalho missionários

Não obstante as dificuldades e o estado de coisas acima apresentado, vemos que os padres missionários dos primeiros anos de Padroado na Índia desempenharam ainda importantes papéis sociais, tomando parte efetiva na empresa das colonizações. Eles tiveram um papel significativo no que diz respeito, especialmente, à disseminação da cultura europeia no Oriente, disseminação que ocorria atrelada à própria expansão do Cristianismo.

Por meio das cartas, dos diversos documentos e dos relatos estudados, podemos vislumbrar que, para além de apenas assuntos eclesiásticos, os missionários assumiram uma variada gama de atividades no empreendimento de colonização da Índia. Como missionários do Padroado, esses padres estavam, como já afirmado, diretamente subordinados à Coroa, o que lhes proporcionava serem, por assim dizer, uma espécie de seus funcionários. Dessa forma, muito

além de tratar dos assuntos restritos apenas à Igreja, eles ainda desempenhavam funções de serviço à Coroa.

Nesse entremeio de fatos e situações, os padres missionários assumiram, entre outras, as responsabilidades sobre as ajudas e esmolas aos pobres (nativos convertidos), além de desempenharem várias outras funções, tanto nos hospitais e boticas como, ainda, nos assuntos ligados à educação formal e informal nas terras indianas. Assim, compreendemos que os missionários realizavam seus trabalhos de assistência para com os pobres, os doentes e, também, no ensino dos nativos e das crianças (portuguesas e nativas). Tais atividades, em nossa leitura, adquirem relevância nos enclaves do expansionismo português ao passo em que são serviços e necessidades essenciais, tanto aos portugueses locais como também aos nativos.

Os hospitais e boticas mantidos pelos portugueses nas suas fortalezas e entrepostos foram de suma importância no desenvolvimento da ocupação portuguesa. Neles, os missionários, em sua maioria, desempenhavam as funções de tratamento dos enfermos, sendo que nas boticas havia também a fabricação de remédios. Vale ressaltar que os hospitais tinham um importante papel por conta dos conflitos bélicos dos portugueses no Oriente. A força armada precisou muitas vezes ser empreendida pelos portugueses no processo de colonização, sendo que o resultado desses conflitos era sempre um grande número de feridos, necessitando, por conseguinte, do auxílio médico dos missionários.

Na documentação analisada são realmente abundantes as listas de doações de produtos como açúcar para xaropes, vinho para limpeza de feridas, tecidos para lençóis, e mesmo de alimentação para os referidos hospitais. Destacamos essas listas, pois, apesar de parecerem simples, revelam em si o acima afirmado: nelas, ao final, quase sempre há o nome do recebedor das mercadorias, frequentemente um padre. A assistência aos enfermos e feridos dos conflitos foi certamente uma das formas que os missionários tiveram já nos primeiros anos de estar mais próximos à população, principalmente dos nativos a quem desejavam converter.

Como mencionado anteriormente, a assistência aos cristãos pobres foi outra importante frente empreendida pelos portugueses, sobretudo pelos missionários. Apoiando-nos nas afirmações de Boxer (2002), compreendemos que no início da ocupação e das missões na Índia, o maior número de convertidos foi

alcançado especialmente entre as castas mais baixas do hinduísmo, os chamados párias. Compreende-se, levando em conta o raciocínio do autor, que isso muito se deveu aos favorecimentos dados àqueles novos cristãos, bem como ao número considerável de doações que lhes eram feitas, em gêneros alimentícios, e mesmo ao pequeno prestígio que os portugueses passavam a lhes dar, antes pertencentes à escória de sua antiga religião. Portanto, no intuito de estimular um número maior de conversões, os missionários, apoiados pela Coroa, ofereciam variados benefícios aos novos convertidos. Tais benefícios advinham tanto da organização do Estado lusitano nas Índias como de doações propriamente ditas. Havia, nessa organização cargos reservados a cristãos, além de favorecimentos sociais e, ainda, diferentes tipos de esmolas aos cristãos pobres da terra.

Nesse sentido, Boxer (2002, p.81) traz um conceito que queremos aqui reproduzir: o conceito de “cristãos de arroz”. Com essa expressão, o autor se refere a um grande número de pessoas desfavorecidas, tanto financeira quanto socialmente, que aceitavam se converter ao Cristianismo pregado pelos missionários portugueses unicamente aguardando os benefícios que esta nova condição social de cristão poderia lhes oferecer, incluindo, aí, a garantia do arroz, ou seja, da comida. Salientamos aqui duas situações importantes: primeiro não queremos afirmar que houve apenas *conversões de arroz* nas missões da Índia e, segundo, que não é apenas o autor citado que nos dá uma visão dessa realidade, mas, também, as cartas a que tivemos acesso para o presente estudo.

Nas fontes analisadas vemos diversos documentos em que capitães, vice-reis e outras autoridades ordenam a doação de gêneros alimentícios dos almoxarifados das fortalezas. Nessas ordens, por vezes, há a descrição do destino aos cristãos pobres da terra.

O fato das conversões se darem apenas com impulsos materiais parece não incomodar de maneira significativa os missionários nas primeiras décadas de trabalho na Índia. Haja vista trecho da carta do padre Sebastião Pires, à época vigário geral de Cochim, escrita ao rei D. Manuel em 08 de janeiro do ano de 1518: “Digo, Senhor, que muita infinda [gente] se faz cristã e muito mais se faria, sendo favorecida dos vossos portugueses, principalmente dos capitães e oficiais” (IN: REGO, 1947, p.340). Claramente podemos observar aqui que o importante, no ponto de vista do padre Pires, é o número de conversões, e não a real motivação para as mesmas; contanto que houvesse convertidos, não fazia diferença ao vigário

geral se esses compreendiam ou não os motivos mais profundos do *fazer-se cristão*.

A forma de conversão dos nativos por meio das concessões (favorecimentos e doações) deixa claro, a nosso ver, um aspecto concernente às missões realizadas nas primeiras décadas de ocupação portuguesa na Índia, qual seja, a falta de um preparo mais profundo dos missionários enviados ao Oriente. Compreendemos que para o trabalho de catequese e posterior conversão dos nativos os padres precisariam de argumentos mais fortes que trocas materiais, mais fortes que favorecimentos, esmolas e doações. O que faltava aos missionários era, entre outras coisas, o conhecimento da língua nativa, dos costumes locais, da sociedade e, sobretudo, da religião dos povos a serem evangelizados.

Na verdade, como já foi mencionado, até o advento dos jesuítas à Índia em 1542, a grossa maioria das conversões foi feita quase tão somente entre os párias, que representam a “classe social” mais baixa na sociedade indiana, não pertencendo a nenhuma casta do sistema tradicional de castas do Hinduísmo. Segregados na sociedade indiana, eles encontravam na religião cristã e na conseqüente amizade com os portugueses uma forma de alçarem certa estabilidade e até mesmo prestígio social. Além do que, eram atraídos ainda pelas esmolas, tendo em vista a pobreza em que muitos desses se encontravam.

Dessa maneira, devemos considerar o objeto e o objetivo das missões catequéticas do Padroado Português do Oriente. O objeto, era, em síntese, os nativos da Índia, sendo o objetivo primeiro a sua conversão. Considerando o objetivo das conversões, que seria fundamentalmente a facilitação no trato com os nativos e sua incorporação à dinâmica do Império, os dados históricos nos permitem inferir que os primeiros anos das missões do Padroado não foram satisfatórios do ponto de vista da organização do Império e do Estado Português no Oriente. Vemos que, inicialmente, as conversões eram de certa forma forçadas, o que fazia dos convertidos peças instáveis, não convencidas intelectualmente das *verdades do evangelho* e, dessa forma, muito propícios a retornar para suas antigas religiões. As esmolas e favorecimentos dados aos que se faziam cristãos acabavam intensificando o número de conversões, mas a grande maioria delas superficiais.

Corroborando a ideia de desconhecimento das realidades locais pelos primeiros missionários portugueses lembramos que havia, em algumas regiões da Índia, grupos que foram chamados pelos portugueses de Cristãos de São Tomé.

Acreditava-se, segundo a tradição, que tais grupos eram resultado do ministério do apóstolo Tomé, quando ele estivera nas regiões da Índia durante o período de expansão inicial do Cristianismo. A correta origem desses grupos cristãos e sua historicidade são assuntos difíceis de tratar, sendo praticamente impossível estabelecer tais informações com certeza (SEULE, 2011, p. 106). O que se tem, como já dissemos, é a interpretação que os europeus fizeram sobre estes cristãos, bem como aquilo que as tradições deles próprios diziam.

Certo é que estas comunidades cristãs causaram certo desconforto aos missionários portugueses no que tangia aos seus costumes e ritos, divergentes do cristianismo europeu. Ainda que vistos como possíveis aliados para o comércio e o combate aos mouros, havia sempre a preocupação em fazer com que essas pessoas adotassem os costumes e as doutrinas do Cristianismo católico (considerada nesse contexto como única e verdadeira religião). Sendo assim, na visão dos portugueses, esse ramo cristão presente nas Índias não era de todo fundado na verdade. Diversas cartas mencionam a necessidade de que tais cristãos fossem ensinados na “maneira certa” de seguir à fé.

Como já dito, Vasco da Gama teve a inicial impressão de que os indianos eram cristãos, chegando a mencionar isso em carta ao rei. A posterior descoberta da existência dos Cristãos de São Tomé destaca, ainda mais, o fato de que os padres portugueses tinham pouquíssimo conhecimento dos povos a quem se propunham catequizar e converter. Da mesma forma como não detinham nenhuma informação prévia sobre existência desses pequenos grupos de cristãos, os padres tinham pouco (ou quase nenhum) conhecimento das religiões locais.

No processo de missionação, os missionários tiveram contato com religiões como o hinduísmo, o budismo, e o islamismo. Porém, por meio dos relatos lidos, entendemos que não houve, nessas primeiras décadas aqui apresentadas, esforços consideráveis para compreender aquelas religiões, ainda que apenas para construir argumentos fortes o bastante para refutá-las. Insistimos na ideia de que a ignorância com relação às crenças e dogmas das religiões contra as quais se combatia dificultou a elaboração de uma mensagem convincente, que pudesse desconstruir as *verdades* das religiões locais e sobrepor a elas as *verdades* da religião cristã. Dessa deficiência surgiu a necessidade das doações e favorecimentos, indispensáveis para as conversões daquele momento, conforme nos mostra Boxer (2002). Agravando o mencionado, o já citado desconhecimento

da língua nativa também influenciou negativamente a formação de discursos e prédicas inteligíveis aos nativos indianos.

Não obstante, afirmamos também que ao passo que os missionários e padres promoviam a pregação da religião cristã, levavam também formas de educação formal e informal nas suas práticas. Atividades como ensinar a ler e escrever, bem como ensinar orações, cantos e doutrinas referentes à religião podem ser consideradas formas de educação trazidas pelos missionários do Padroado. Vemos em diversos trechos de cartas (por exemplo: Rego, 1947, p. 159; 160; 222) alusões a esse tipo de atividade que, a nosso ver, foi a principal durante toda a extensão de tempo das missões analisadas.

A ocupação lusitana nas Índias foi, como já afirmado, acompanhada por muitos conflitos, lutas, batalhas e resistências. As dificuldades para a implantação e o fortalecimento do Estado Português na Índia vinham tanto dos meios internos quanto dos meios externos. Nesse sentido, queremos afirmar que os processos de educação e catequese promovidos pelos missionários foram de enorme auxílio aos empreendimentos portugueses, ao passo que preparavam o caminho (sentimental, espiritual, intelectual) para que os indianos se submetessem mais amistosamente ao senhorio luso.

As atividades de catequese e evangelização, dessa forma, facilitaram, do ponto de vista cultural, a penetração portuguesa nos reinos orientais bem como a convivência com os povos locais. Considere-se que ao mesmo tempo em que os missionários ensinavam o evangelho e a doutrina cristã, ensinavam paralelamente a língua e os costumes portugueses. Devido ao desconhecimento inicial das línguas nativas, os padres ensinavam o evangelho pelo português, sendo necessário introduzir esses nativos nos conceitos básicos da língua para, posteriormente, ensinar-lhes a religião.

Outrossim, é preciso ponderar que, apesar das atividades e dos esforços empregados por muitos dos primeiros missionários para a conversão das almas, pode-se constatar uma diminuta eficácia de convertidos e conversões nas primeiras décadas da ocupação lusitana na Índia (BOXER, 2002). São variadas as situações e fatores a que se podem atribuir aos supostos insucessos, a contar, inicialmente, com a negligência de muitos dos missionários nesse primeiro período, tanto no que diz respeito ao posicionamento ético desses padres, quanto ao baixo (ou mesmo nulo) esforço deles em aprender as línguas nativas e conhecer com profundidade

os dogmas das religiões locais. Há, também, nas primeiras décadas de missão (antes da chegada da Companhia de Jesus) uma carência de incentivos mais abastados por parte da Coroa, causando certa falta de recursos financeiros e mesmo de pessoal, ou seja, a própria carência de missionários em número suficiente para as extensões territoriais que se pretendiam evangelizar. Manso nos dá uma visão em síntese do desenrolar dos primeiros anos das missões orientais:

Apesar da regularidade das missões, os resultados foram medíocres, tanto devido ao escasso número de missionários, como devido à incoerência da sua actividade, embora resultantes não só da sua fraca preparação para esse tipo de missões, como também do insuficiente apoio político português. Durante quase meio século, os progressos do cristianismo foram diminutos, quer no que concerne à evangelização dos “gentios e mouros”, quer relativamente à submissão dos cristãos de S. Tomé a Roma. (MANSO, 2009, p. 13)

Diante do exposto acreditamos que temos condições de acompanhar mais uma vez o raciocínio de Boxer ao afirmar que, essencialmente, o grande impulso de conversões nas missões orientais vai acontecer apenas com a chegada dos primeiros jesuítas na Índia, o que ocorreu somente em 1542. Os inicianos trouxeram consigo a visão reformada, abastecidos de novos métodos, novas diretrizes e novas formas de trabalho e ensino (BOXER, 1981).

Conclusão

Entendemos como Manso (2009) e Boxer (1981) que foram um tanto quanto exíguas as conversões efetivas decorrentes dos primeiros anos do Padroado do Oriente, pois quando essas se faziam, eram em grande parte promovidas por meios materiais, por promessas de doações, bens, favorecimentos e comida. Em sua maioria, foram operadas, nas primeiras décadas de missões na Índia, conversões superficiais de indivíduos ciosos por usufruir das benesses que os portugueses poderiam lhes ofertar.

Evidentemente não é possível (nem desejável) encerrar todos os missionários e todas as conversões dentro dos mesmos parâmetros. Acreditamos que em meio a todos os enclaves já apresentados aconteceram verdadeiras conversões operadas por missionários que realmente trabalhavam nesse sentido, porém:

[...] foi a Companhia de Jesus, em seu papel de ponta-de-lança da Igreja militante, que tornou a luta pelas almas tão intensa e ampliada quanto a competição pelas especiarias. Os filhos de Loiola estabeleceram e mantiveram padrões muito mais elevados do que seus predecessores, e o notável desenvolvimento das missões portuguesas entre 1550 e 1570 deveu-se sobretudo à obra deles [...]. (BOXER, 2002, p. 81)

A situação descrita acima por Boxer não é exceção na Índia. A partir da chegada dos padres da Companhia de Jesus, em 1542, houve uma real e satisfatória mudança, representando um verdadeiro impulso das missões orientais. Cabe aqui, também, destacar que, mesmo com o advento dos jesuítas, os missionários das outras ordens que já estavam nas Índias continuaram em suas atividades, como, também, mais desses missionários de diversas ordens continuaram a ser enviados para a missão. Entretanto, a partir de sua chegada, ou mais propriamente, a partir de suas primeiras relações com a Coroa Portuguesa, os jesuítas adquirem um lugar privilegiado em relação às outras ordens.

Fontes

REGO, António da Silva (org.). **Documentação para a história das missões do Padroado português do Oriente**. 1º vol. Lisboa: Agência Geral das Colônias, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. 1947.

_____. **Documentação para a história das missões do Padroado português do Oriente**. 2º vol. Lisboa: Agência Geral das Colônias, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. 1991.

Referências

BOXER, C. R. **A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)**. Lisboa: Edições 70, 1981.

_____. **O Império Marítimo Português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MANSO, Maria de Deus Beites. **A Companhia de Jesus na Índia (1542-1622): Actividades Religiosas, Poderes e Contactos Culturais**. Évora: Universidade de Évora; Macau: Universidade de Macau, 2009.

SEULE, Karla K. de Souza. **Francisco Xavier e Fernão Mendes Pinto: o missionário e o viajante no Estado da Índia Portuguesa**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá: UEM, 2011.

THOMAZ, Luís Filipe. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel, 1994.

Bibliografia de Apoio

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A Economia Política dos Descobrimentos. In: Adauto Novaes (Org.). **A Descoberta do Homem e do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 193-207.

BARRETO, Luís Filipe. **A Herança dos Descobrimentos**. IN: Biblioteca Digital Camões, Revista ICALP, 2009. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/revistas/revistaicalp/heranca.pdf>>. Acesso em jan./2014.

COELHO, António Borges. **Clérigos, mercadores, “judeus” e fidalgos**. Questionar a História – II. Lisboa: Caminhos, 2004.

_____. Os argonautas portugueses e o seu velo de ouro (séculos XV-XVI). IN: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000. p. 57-76.

OLIVEIRA, P. Miguel de, S. J. **História eclesiástica de Portugal**. 3ª ed. Lisboa: União Gráfica, 1958.

Felipe Augusto Fernandes Borges

Professor do Instituto Federal do Paraná, Campus Pitanga (EBTT, área de Pedagogia). Doutor em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá.

Célio Juvenal Costa

Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Docente da Universidade Estadual de Maringá, dos cursos e Pedagogia nas modalidades presencial e a distância e do mestrado e doutorado em Educação.

Sezinando Luiz Menezes

Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1999). Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá.